

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de novembro de 2023 - Ata n.º 115.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.ªs Deputadas **Cloara Pinheiro** (na função de 1.ª Secretária) e **Marli Paulino** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **115.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Marli que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Marli Paulino – SD): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas. (Procedeu à leitura da Ata da 114.ª Sessão Ordinária, de 22 de novembro de 2023). Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto à Deputada Cloara se há Expediente a ser lido.

SR.ª 1.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1046/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei Complementar n.º 8/2023, que foi convertido na Lei Complementar n.º 251; **Ofício n.º 1051/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 883/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.753; **Ofício n.º 3312/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento a Requerimento da Deputada Luciana Rafagnin. É o que continha no Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Grande Expediente de hoje será ocupado pela Deputada Cristina Silvestri. Ela é proponente da ideia de ouvirmos a Dr.^a Josiane Marchioro, que é Diretora de Divulgação da Sociedade Paranaense de Pneumologia e responsável pelo Ambulatório de Tabagismo do Hospital de Clínicas e falará sobre os perigos do uso do cigarro eletrônico, em alusão ao *Dia do Combate ao Câncer Infantojuvenil*. Portanto, concedo a palavra à Deputada Cristina, inicialmente, para a saudação à nossa visitante. Na sequência, à Dr.^a Josiane.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Quero cumprimentar primeiramente nosso Presidente Ademar Traiano e, ao cumprimentá-lo, cumprimentar a nossa Mesa, Deputada Cloara e Deputada Marli, e todas as Deputadas e Deputados presentes. Hoje é o *Dia de Combate ao Câncer Infantojuvenil* e, também, fizemos uma alusão ao combate ao câncer também. Então, é muito oportuno falarmos de um assunto que é moda nas redes sociais e, principalmente, entre os nossos jovens, que é o cigarro eletrônico. Sendo um cigarro inofensivo, como dizem as pessoas, com uma fumaça branca, que pode se fumar em todos os lugares, em lugares fechados, e hoje virou essa moda em todos os nossos jovens. Isso nos faz lembrar que há muito tempo quando a mídia podia falar sobre, fazer propaganda sobre cigarro, tínhamos as mais lindas propagandas. Quem não lembra da propaganda do *Marlboro*, do *Charm* para as mulheres? E hoje vemos isso se repetir, mas falando que é um cigarro completamente inofensivo. Por isso, convidamos a Dr.^a Josiane Marchioro, que é uma especialista, uma Doutora muito dedicada ao cigarro, para falar sobre o mal do cigarro e, principalmente, do cigarro

eletrônico. E acho que todos nós temos essa curiosidade do que há, como é feito esse cigarro eletrônico, o que tem dentro desse cigarro eletrônico. E para isso vamos ouvir a Dr.^a Josiane Marchioro, que o nosso Presidente já leu o seu currículo e, hoje, este microfone é todo seu para esclarecimento aos Deputados, à mídia, a todo o pessoal da Casa. E será um prazer recebê-la aqui, Dr.^a Josiane.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra a Dr.^a Josiane Marchioro.

DR.^A JOSIANE MARCHIORO: Olá. Boa tarde a todos. Quero agradecer imensamente o convite, Sr. Presidente Ademar Traiano, Deputada Cristina Silvestri. Muito obrigada pelo espaço. Cumprimento aos demais Deputados e Deputadas e quem nos assiste de Casa. Acredito realmente que a forma que mudamos o mundo e boas ideias para resolver problemas grandes como esse surgem de situações assim, onde alguém lá da ponta, da frente de batalha, que eu represento hoje, se encontra com quem está na outra ponta, e que no âmbito da sociedade consegue fazer políticas públicas, que foi o que conteve o tabagismo convencional no Brasil e no Mundo, e esperamos poder realizar a mesma coisa com o cigarro eletrônico. Então, vou trazer um pouco do que a ciência já sabe a respeito do cigarro eletrônico, lembrando que o que é bonito na ciência é a posição neutra. E espero aqui que todo o conhecimento ou o que eu trago seja visto dessa forma: não como a minha opinião de especialista, mas sim à luz do que a ciência, que é dinâmica, tem para nos dizer hoje. Então, sou a Josiane Marchioro, sou Médica Pneumologista, sou Doutora pela Unifesp, formada pneumologista aqui pela Universidade Federal do Paraná, e hoje atuo no Ambulatório de Tabagismo e DPOC, além de ser Diretora atual de Divulgação da Sociedade Paranaense de Pneumologia. Vamos conversar um pouquinho sobre o cigarro eletrônico e seus mitos e verdades. Então, eu trouxe com base em mitos e verdades porque acredito que toda a desinformação ou excesso de informação que vivemos neste momento é um ambiente muito rico para que a indústria do cigarro faça o que ela veio fazendo há décadas. A desinformação favorece a indústria do cigarro. Queremos trazer aqui o que de fato a ciência sabe sobre o cigarro eletrônico e o que neste mundo, onde a informação é tão fácil de ser

conseguida e tão difícil de ser mensurada a sua verdade consigamos ponderar esses pontos. Então, a primeira coisa que eu gostaria de esclarecer é que os nomes referentes ao cigarro eletrônico podem variar muito, dependendo se a divulgação é pela mídia ou pela comunidade científica. Então, para ficarmos tudo na mesma página, quero deixar claro que às vezes vamos falar em *vape*, às vezes vamos falar em cigarro eletrônico, em *e-cigar*, em *e-cigarette* ou em dispositivo eletrônico para fumar. É tudo a mesma coisa, mas preferimos chamar de dispositivo eletrônico para fumar porque dentro deles temos essa modalidade do *vape*, que usa um líquido rico em nicotina e outros elementos, que eu vou citar aqui, e existem ainda as formas de tabaco aquecido, que são menos divulgadas do que os *vapes*, mas constituem basicamente a mesma tecnologia. Esses dados que estou apresentando aqui e não vou me ater muito à estatística, mas são os dados oficiais brasileiros do Covitel, que assim como o Vigitel, que é uma forma que temos de fazer um contato com populações de todas as capitais brasileiras por telefone, acontece uma a cada dois anos. Na pandemia deu um *gap* nisso, mas essa foi a primeira vez que, durante a pandemia do Covid, incluiu o dado de uso ou ter sido apresentado por cigarro eletrônico. Então, acreditamos que essa estatística esteja extremamente subestimada, mas o que temos ali na região sul é que cerca de 7,8% da população já experimentou. Não quer dizer que é um usuário contínuo, diário, mas já experimentou. Estamos olhando os nossos filhos adolescentes, as professoras, as escolas preocupadas, e acreditamos que essa porcentagem é muito maior do que isso. Então, que cara que tem essa nova modalidade de fumar? Então, se fôssemos fazer assim: ver a anatomia de um cigarro eletrônico, íamos ver mais ou menos isso. Então, para facilitar, temos uma peça bucal onde a pessoa vai inalar, ela vai ativar uma resistência que aquece uma câmara e lá dentro ela é embebida em um material que os usuários costumam chamar de *e-juice* ou *juice*, onde tem os componentes, tantos os flavorizantes, os umectantes ou estabilizadores, que formam o aerossol, e os sais de nicotina. Então, é basicamente isso: uma resistência que aquece um líquido que produz um aerossol. Então, aqui para todo mundo saber do que estamos falando exatamente, e surgiram ao longo dos anos gerações e gerações do

cigarro eletrônico. Talvez, a primeira ideia quando foi inventado era imitar o cigarro convencional, para isso servir como uma forma de fazer a pessoa parar de fumar com mais facilidade e veio o cigarro eletrônico de primeira geração. Carinha de cigarro normal, enfim, descartável. Isso foi evoluindo, porque a indústria foi vendo: ninguém quer ter a mesma cara que o cigarro. Os jovens que começaram a se interessar pelo cigarro eletrônico não querem parecer que fumam o cigarro convencional, e eles foram adaptando e tornando esse dispositivo cada vez mais tecnológico, com um apelo cada vez mais *clean*, mais ligado à tecnologia, e muito adaptável à experiência do usuário. Então, eles são customizáveis em diferentes formas. Você pode pôr o quanto de líquido você quer, você pode pôr a quantidade de nicotina que você quer em alguns dispositivos e os sabores, que nós vamos ver a importância para o apelo entre crianças e adolescentes. Então, dentro do cigarro eletrônico não apenas temos a nicotina, mas temos umectantes, que são as substâncias que fazem aquela fumaça branca, e os flavorizantes, que hoje são incontáveis. A última vez que eu dei essa aula provavelmente tinham entre 500 e mil flavorizantes, hoje a estatística já é de 5 mil flavorizantes. Então, é uma coisa que não temos controle, especialmente porque não é regulamentado no Brasil e em diversos países. Falando do primeiro integrante: nicotina. É o que causa a dependência. Sabemos que no cigarro convencional existem mais de 7 mil substâncias, mas se tivesse uma, apenas uma lá dentro que causasse dependência, teríamos aí a nicotina e serviria para sustentar toda a dependência química ao cigarro, e com o cigarro eletrônico não é diferente. Ele não ia ser um líder de vendas, ele não ia ser o sucesso que ele é hoje se não contivesse a nicotina, mas eles deram um passo a mais do que a indústria de cigarro: eles conseguiram transformar o sal de nicotina, que era menos palatável, nessa versão de tabaco aquecido. Irritava a garganta dos seus usuários, desenvolveram uma tecnologia pela empresa Jull, que é aquela do Vale do Silício, que tem até série na Netflix, e desenvolveram um sal que consegue aumentar muito a quantidade, a porcentagem de nicotina presente nos cigarros eletrônicos, que é o que vemos lá em cima, que são os Nic Salt's. Então, essa tecnologia de mudar o sal de nicotina permitiu que eles escalassem a quantidade de nicotina possível de colocar dentro

dos líquidos dos cigarros eletrônicos. E com isso conseguimos um pico de nicotina, que é o que dá a sensação de prazer, de relaxamento, muito similar a do cigarro convencional. Além da nicotina, o segundo integrante é o que vai criar o aerossol. O que vai criar aquela fumaça branca? São os umectantes, que são a glicerina vegetal, o propilenoglicol, que já sabemos que é uma substância muito conhecida, muito usada pela indústria de cosmético, alimentícia. No entanto, o que é ingerido não é a mesma ação de ser inalado, mas isso foi um dos fundamentos onde a indústria e o marketing do cigarro bateram muito pesado dizendo: vocês já comem, já ingerem isso há muitos anos, por que não fumar? Mas isso tem muita diferença e vamos ver mais para frente. Então, não temos estudos suficientes de segurança em relação a essas substâncias por via inalatória. E aqui são alguns estudos que já saíram mostrando a tabela do Inca em relação à classificação de substâncias cancerígenas ou não. Está pequenininho para ver, mas ali eu ressaltai com as setas vermelhas os grupos que já são reconhecidamente cancerígenos e que estão presentes nesses umectantes. E a setinha azul ali denota uma substância que nós comprovadamente sabemos que causa enfisema ou a DPOC, a doença pulmonar obstrutiva crônica. E aqui são os flavorizantes. Os flavorizantes têm todos os sabores, todas as cores, todos os formatos de produtos, com grande apelo para as crianças e os adolescentes. Então, eu, como vocês, já aí de alguns anos de idade uso algumas medicações crônicas, uso o remédio da tireoide. Eu não vejo necessidade nenhuma do meu remédio ser cor-de-rosa, sabor arco-íris, sabor chicletes, sabor *sprite*. Então, ao mesmo tempo que a indústria coloca como uma alternativa para tratarmos o tabagismo convencional, eles vêm com uma apresentação e uma proposta claramente vinculada à adesão de crianças e adolescentes, que é uma geração de crianças e adolescentes que cresceram em um mundo diferente do que a Cristina se referiu do cigarro *Marlboro*, do cigarro *Charm*. Eles nunca teriam interesse em fumar, mas agora a coisa muda completamente de figura. E esses flavorizantes quando adicionados maconha, extratos de vitamina E, o óleo da vitamina E, causaram a grave doença pulmonar que apareceu em surto nos Estados Unidos, que nós classificamos como Evali, uma sigla em inglês para dizer que é uma lesão

causada pelos dispositivos eletrônicos para fumar, e que 80% dos casos, sim, foi acrescentar maconha e vitamina E ao *e-liquid*, mas 20% são os dispositivos com os flavorizantes desses 5 mil sabores que, infelizmente, não sabemos o que exatamente tem lá dentro. E aqui talvez seja o mito principal em relação ao cigarro eletrônico de que é só um vapor d'água. Ele é tudo menos um vapor d'água. Então, aquele aerossol, aquela fumaça branca que eles inclusive brincam, fazem competições de imagens que conseguem fazer com essa fumaça densa, é um aerossol que, por exemplo, tratando asma com a bombinha a indústria farmacêutica levou anos para conseguir uma partícula que chegasse tão facilmente no pulmão como o cigarro eletrônico consegue. Então, essa partícula é tão pequena que não é nem mais uma micropartícula, são nanopartículas e com isso conseguem carrear, inclusive, metais pesados da própria resistência do cigarro eletrônico, que é comprovadamente cancerígeno em diversas apresentações que puxamos o conhecimento de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Doutora, pode continuar.

DR.^A JOSIANE MARCHIORO: Então, a indústria do cigarro atualmente faz a mesma propaganda e a mesma alusão que tivemos nos 50, 60 e 70, usando figuras públicas, atores de Hollywood e atletas para divulgar este novo produto do tabaco, só que hoje temos um marketing diferente, que chega para as nossas crianças e adolescentes através de redes sociais, de *youtubers* e de *influencers* e nem os médicos formados conseguem ainda rebater esse marketing tão pesado, até porque temos toda uma restrição ética para falar de marketing, mas a lição principal seria trazer para vocês: Existe evidência de que o cigarro eletrônico ajuda a parar de fumar? Tem cada vez mais estudos mostrando que sim, pode ser uma via possível, mas do jeito com que o cigarro eletrônico entrou no mercado não entrou como um medicamento, ele entrou para uso recreativo e o foco da indústria é claramente os nossos jovens e as nossas crianças. Venho trazer mais dúvidas do que respostas, mas o que gostaria de trazer é: Onde podemos achar esse equilíbrio? Vale a pena investir no cigarro eletrônico como forma de tratar o tabagismo convencional, sendo que tenho adesivo, tenho medicação, tenho grupo

de tabagismo fornecido pelo SUS? Ou integro isso no arsenal terapêutico e corro o risco de lançar mão de uma geração de crianças e adolescentes que nunca seriam dependentes da nicotina e que agora, infelizmente, são o foco massivo dessa indústria? Deixo a reflexão para vocês e me deixo à disposição para quaisquer dúvidas que queiram esclarecer. Muito obrigada pela participação e pelo convite. (Aplausos.)

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Presidente, pela ordem. Posso fazer uma pergunta à Doutora?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Delegado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Perfeito. Doutora, parabéns pela apresentação, pela explanação. Existe uma preocupação muito grande da sociedade em relação ao cigarro eletrônico, que adentra às casas noturnas, que adentra à vida da sociedade não como o cigarro, como a senhora disse, com uma roupagem diferente. Já escutei muitos jovens dizendo: *Não fumo, uso cigarro eletrônico*. Como se fosse algo muito diferente. A senhora é doutora, é estudiosa, é pesquisadora. Existem políticas públicas – é o meu questionamento – em outros países do mundo que sejam rigorosos e que possamos aqui de alguma forma implementar através de lei na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná? Se a senhora souber me responder agora ou se não souber agora e puder pesquisar e nos ajudar! Quero me colocar à disposição para levar adiante qualquer ação que tenha como escopo a proteção de nossos jovens de forma preventiva. E dentro do direito, sou da área do direito, brinco que nada se cria, tudo se copia. Quando algo deu certo é porque deu certo em outro país do mundo. Tudo que é tupiniquim, em geral, data máxima vênia, com todo o respeito aos nossos pesquisadores, também sou um pesquisador, sou mestre em direito, o resultado não é tão bom quanto quando nos baseamos em algo que a ciência internacional já conseguiu concretizar de uma forma unânime e abrangente. Então, se a senhora puder me responder ou, se não puder, que possamos conversar em momento posterior para colocar esta Casa à disposição. Tenho certeza de que o nosso Presidente Ademar Traiano vai querer levar adiante

qualquer Projeto de Lei que tenha como escopo, como objetivo, como corolário a proteção dos nossos jovens. Obrigado.

DR.^A JOSIANE MARCHIORO: Muito obrigada pela pergunta. Acho muito importante. Talvez o principal país que saiu à frente usando o cigarro eletrônico como uma forma de tratar o tabagismo foi o Reino Unido. Em seguida, as Sociedades de Pediatria e de Oncopediatria do próprio Reino Unido tiveram um embate direto, digamos, a medicina adulta e a medicina pediátrica, porque os riscos maiores são para as crianças e adolescentes. Infelizmente, já temos estudos que crianças começam com o cigarro eletrônico e migram para o cigarro convencional, porque o cigarro eletrônico é muito mais caro. Se isso acontece no Reino Unido, isso vai acontecer com uma intensidade muito maior no nosso País. Mas, qual é a medida principal e acredito que seja a primeira via? É banir os flavorizantes. Porque ninguém que quer parar de fumar precisa de sabor *Sprite*, sabor chicletes, sabor chocolate, sabor *Nutella*. Ninguém precisa disso! Precisam de um tratamento eficaz. Esses sabores são para pegar crianças e adolescentes, é o apelo para os jovens. Então, a primeira etapa maior de política pública é banir os flavorizantes, e creio que essa via seja realmente a principal. É a principal no Reino Unido, nos Estados Unidos e deve ser a nossa também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos a sua participação importante aqui na Casa, Dr.^a Josiane. Este é um tema realmente muito preocupante! Já tive a oportunidade de assistir, há alguns dias, no próprio *Jornal Nacional*, uma matéria muito extensa se reportando a isso, e é uma das grandes preocupações em relação aos nossos jovens. Agradecemos a sua estada aqui na Casa e o parlamento sempre estará aberto para as suas informações. Muito obrigado.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin, no Pequeno Expediente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, foi com muito trabalho e muita alegria que aconteceu a 20.^a Jornada da Agroecologia. Do dia 22 ao dia 25 agora de novembro tivemos, na Universidade Federal do Paraná, no campus de Rebouças, a 20.^a Jornada da

Agroecologia. A 20.^a Jornada da Agroecologia teve uma participação muito grande de público, muitos debates, muita cultura, muitos produtos apresentados feitos pelos agricultores, pelos produtores, pelas pessoas que estão assentadas, que estão acampadas no nosso Estado do Paraná. Foi um momento marcado realmente pelos agricultores, que tiveram a oportunidade de também trabalhar muito a formação. E o que norteou a 20.^a Jornada da Agroecologia foi a luta para que tenhamos uma Nação que proteja as pessoas, proteja o seu povo, proteja a biodiversidade, os animais, o meio ambiente, que tenhamos um Brasil soberano e popular, que tenhamos a agroecologia, que tenhamos um Brasil sem fome e sem pobreza. E foi assim que foram trabalhados os quatro dias da Jornada da Agroecologia. Quero aqui parabenizar o MST, quero parabenizar todas as demais entidades e organizações que fizeram acontecer essa 20.^a Jornada da Agroecologia. Mas também, Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje para deixar também bem clara a nossa posição, a minha posição, a posição da bancada é essa, que somos contra a militarização das escolas. Estamos falando aqui de um Governo do Paraná que está indo na contramão da história, na contramão do Brasil, Deputado Turini. Enquanto nós lutamos, enquanto nós queremos uma autonomia para as escolas montarem as suas estruturas pedagógicas, o Governador trabalha pela militarização, o Governador trabalha as escolas cívico-militares. Somos contra porque entendemos que a escola tem que ser uma escola de inclusão, uma escola onde os professores possam debater com os alunos, sim, as mazelas da nossa sociedade, que os alunos possam entender como é a nossa sociedade hoje, possam fazer; possam fazer o debate contra o machismo, contra o racismo; possam fazer o debate contra a homofobia, as transfobias; que se debata a violência que ocorre contra a mulher; que se debata uma educação sexual nas escolas. Essa é a escola que defendemos. Uma escola onde os alunos possam se sentir iguais e não uma escola que exclui, como a que vimos acontecer, Deputada Ana Júlia, aqui em Curitiba, na Escola Yvone Pimentel. Quando uma criança, quando uma aluna, então, de uma escola cívico-militar, que é a Escola Yvone Pimentel, foi obrigada a sair da escola porque o seu cabelo crespo não coube na boina, que ela precisava usar e precisa usar todo dia. Foi,

então, recomendado para que ela alisasse o seu cabelo. É claro que a família não aceitou isso e a aluna foi convidada a sair da escola ou foi obrigada a sair da escola. É essa escola que queremos para o nosso Estado do Paraná? É essa escola que queremos para o futuro? É dessa forma? Excluindo as pessoas? Não queremos isso. Por isso que estamos aqui, hoje, para dizer não as escolas cívico-militares. Queremos, sim, uma escola que possa trazer de perto e fazer o debate da realidade nossa, não a forma como o Governador está maquiando inclusive dados, para dizer que as escolas cívico-militares são as melhores. Quero, aqui, inclusive, me reportar à questão das notas do Ideb. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. As 30 melhores notas, as 30 melhores escolas, que tiveram as melhores notas do Ideb, nenhuma é de escola cívico-militar. Inclusive, a que tem a nota melhor, a nota maior, é de Laranjeiras do Sul, com 6,2, um índice 34% maior do que a média do Estado. Isso diz para nós que a solução na educação não está na escola cívico-militar. Por isso, não à escola cívico-militar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje, nesta Assembleia, iniciou-se mais um processo de perseguição à minha pessoa. Novamente estão me julgando. Eles, o poder instituído, afrontado, vingativo, dominador, hegemônico, tradicional, frio e calculista. O poder sempre dos poderosos, o poder que advém do dinheiro, via de regra. Quem duvida, veja no Portal da Transparência o patrimônio declarado pelos Parlamentares. Eles estão julgando a mim, eu que tenho carteira registrada. Já recebi R\$ 136,00, R\$ 151,00, R\$ 180,00, com muito orgulho, como empacotador, balconista, vendedor. Com muito orgulho! Eu que já estive na escola pública e evadi na 6.^a série do ensino fundamental, porque não era uma escola estruturada e qualificada a ponto de atender a demanda por educação deste País dos

abandonados, de quem, como eu, estava lá em Piraquara, na invasão da Vila Macedo, uma vila que foi construída sobretudo por famílias que foram visitar seus entes presos, ao lado do complexo. Estive em um deserto de direitos, sobrevivi e estou aqui para falar, para ser um Parlamentar, para *parlar*, para dar o meu testemunho e sou censurado porque o meu testemunho, assim como a verdade, não é uma piada forçada para a risada do público. O testemunho é para incomodar os que estão acomodados. E eu incomodei o poder instituído que se acha rei. Não somos. Meros mortais, ao pó e ao pó, feliz ou infelizmente. Somos iguais, sobretudo aqui na representação do povo. Quais são os frutos que esta Casa apresentou? Arrisco dizer que as instituições brasileiras, de um modo geral, não dão bons frutos. A Assembleia não é uma exceção. Os frutos desta Casa não alimentam o órfão que vejo perdido pelas ruas, não alimentam a viúva que morre de tristeza em uma fila de presídio ao visitar o seu filho, que morre de tristeza na fila do SUS. O estrangeiro tão pouco. Quantos dos nossos irmãos haitianos, venezuelanos à própria sorte, explorados, mortos, como na C.Vale, em Palotina! O senhor viu, presenciou, Deputado Antenor, o estrangeiro morrendo como se nada fosse no nosso País, que deveria abrigar? Esta Assembleia não dá bons frutos. Pois, então, por que me julgam pelo o que não sabem? Julgam-me pelo o que faço? Tenho, Deputada Cloara, uma organização em Curitiba que é referência no trato com a população em situação de rua. Atendemos por dia 500 seres humanos que estão caídos, para que eles se levantem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Aqueles que chegam, comem; aqueles que estão na rua sem higiene, tomam banho, ganham roupa; aquele que tem vontade se profissionaliza, ganha um emprego; aquele que tem força, ganha uma moradia. Ele sai desse ciclo da desvalorização da vida. Peço as câmeras corporais para a polícia e denuncio a polícia, que ninguém tem coragem de enfrentar porque é o poder das armas, é o poder de fato sobre a vida, e eu enfrento. E eu, Presidente Deputado Ademar Traiano, é que sou cassado por você e pelo poder desta

Assembleia? Isso é inadmissível aos olhos do povo, aos meus olhos, um pretinho sem pai, filho da empregada doméstica... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O seu tempo encerrou, mas lhe concedo mais alguns segundos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Acredito que esta Assembleia chegou... É passada a hora de nesta Assembleia se aprender com as lições que o povo tem a ensinar, porque, depois da calmaria e do amor, que representa a lição, vêm também as revoltas, que apresentam a indignação. Queira Deus que o amor resolva todos os nossos problemas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, meu amigo Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo e o Líder da Oposição; cumprimento os jornalistas que nos acompanham e que levam a informação à sociedade, meus pares Deputados estaduais e você, cidadão de bem, cidadão honesto que nos assiste através da *TV Assembleia*; e cumprimento a minha linda e bela esposa, Delegada Tathiana, que hoje aqui está presente. Senhores, utilizo a palavra hoje bastante preocupado e inclusive, em virtude dessa preocupação, estarei em Brasília amanhã, para tratar de um assunto que interessa muito, Sr. Líder do Governo, ao Estado do Paraná. Estou falando da Lei Federal n.º 14.735, que é a Lei Orgânica da Polícia Civil. E estava eu, senhores, muito feliz com a Lei Orgânica, que tramitou por 16 anos no Congresso Nacional, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, e é um assunto importantíssimo para esta Casa, porque o crime transcende fronteiras. A criminalidade organizada hoje perpassa os estados, não fica estagnada em apenas um estado, tanto, senhores, que aqui temos a PEP1 e a PEP2, em que os presos são PCC, Primeiro Comando da Capital, temos São José dos Pinhais, em que os criminosos ali inseridos são do PGC. Ou seja, o crime passa as fronteiras. Então, uma Lei Orgânica Nacional é importantíssima para a sociedade paranaense. E feliz estava com o Projeto de Lei

n.º 14.735, inclusive a Adepol - Associação de Delegados de Polícia do Estado do Paraná e a Adepol - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. No entanto, senhores, após 16 anos de trâmite, com o apoio dos Deputados do Governo e da Oposição, Sr. Líder da Oposição, Deputado Requião Filho, com o apoio dos Líderes da Oposição, tivemos o quê? A Aprovação do Projeto de Lei, que foi para a sanção do Ex.^{mo} Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. E o que acontece? Tivemos, infelizmente, 37 vetos, 37 vetos desconstituindo toda a Lei Orgânica. Senhores, uma Lei Orgânica da Polícia Civil... E esqueçam o nome Polícia Civil, pensem, uma Lei Orgânica que trata da investigação, que trata de direitos daquele que investiga é interessante para toda a sociedade, sem limites. Todos nós queremos uma polícia ostensiva, sim, que leva o nome de Polícia Militar, todos nós queremos uma Polícia Civil, que é investigativa, mas para isso direitos têm que ser materializados através de uma legislação estadual. E tivemos então a Lei Orgânica Nacional. Nós aqui no Paraná estávamos felizes, os outros estados da federação aos quais mantenho contato, os Delegados estavam felizes, mas os 37 vetos do Sr. Presidente da República desconstituíram totalmente a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil e é algo inexplicável. Por quê? Se até a Oposição votou favoravelmente ao Projeto de Lei que redundou na Lei n.º 14.735, por que o Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça, assina a argumentação contrária ao Projeto de Lei, vetando, junto com o Presidente da República, através de ato, lógico, do Presidente da República, vetando 37 situações. Senhores, isso não é explicável. Só não quer investigação quem tem medo da investigação, porque quem perde com os vetos é a sociedade paranaense, a sociedade catarinense, a sociedade paulista, ou seja, a sociedade brasileira. Por isso estou indo a Brasília, vou a Brasília amanhã, tenho reunião com o Senador Sérgio Moro, com o Deputado Felipe Francischini, com Deputados representantes da dita Bancada da Bala, da Bancada do Agro para buscarmos o quê? Derrubar o Veto do Presidente da República. E quero fazer um pedido especial à Liderança da Oposição, para que os Deputados de Oposição, que estão todos aqui, e da Situação, Federais, que votaram favoráveis no Congresso Nacional, no caso os Deputados na Câmara Federal e no caso os Senadores no Senado, que mantenham esse mesmo

posicionamento ideológico, ou seja, que agora derrubem os Vetos do Presidente da República. Então, temos aqui, por exemplo, o Zeca Dirceu votou favorável à Lei Orgânica, do PT, o Welter votou favorável, Tadeu Veneri votou favorável. E parabéns! A sociedade tem que se unir contra a criminalidade, enfrentando a bandidagem com uma legislação rigorosa e com direitos para os investigadores, para os escrivães e para os delegados. Agora, se o Presidente vetou, vamos derrubar o Veto. Talvez tenha havido um erro, um engano, uma interpretação errônea, uma exegese não tão apurada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Espero, então, o apoio de V.Ex.^{as} para que conversem com os seus Deputados Federais, porque cada Deputado Estadual tem um Deputado Federal, tem uma dobradinha. Que cobrem do seu Deputado Federal que mantenha o mesmo posicionamento ideológico. Porque não é possível terem votado em um primeiro momento favorável à Lei Orgânica da Polícia Civil e, em momento seguinte, mudarem o seu ponto de vista. Vou fazer a leitura aqui *ipsis litteris* da manifestação da Adepol Nacional e Estadual. Em relação à Adepol Nacional - Associação dos Delegados de Polícia, Sr. Líder do Governo, se manifestaram da seguinte forma: *Informamos que tal postura traiçoeira e contraditória do Governo Lula não será esquecida. "Revolta, decepção, perplexidade e indignação de todas as associações dos Delegados de Polícia do Brasil"*. Ora, temos que pensar o que está acontecendo e temos buscar algo melhor para o... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, por favor. Pois não, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Peço o apoio então de V.Ex.^{as} com os seus Deputados Federais para que conversem, mandem mensagem, para que mantenham a mesma linha de pensamento materializada no Congresso Nacional, seja no Senado, seja na Câmara, para proteger a população paranaense e brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, uma boa tarde a todos. A pergunta é a seguinte: O que está acontecendo no Porto de Paranaguá? Aconteceram sérias denúncias que chegam em minhas mãos, e cabe de nós um pedido de explicação por parte do Governo do Estado. No dia 13/11 houve uma Audiência Pública para se colher subsídios para a concessão do Canal da Galheta, feita pela Antaq, uma convocação irregular, pois no regulamento da mesma prevê a forma presencial para audiências públicas que tratam de grandes empreendimentos econômicos. Ainda, as pessoas diretamente afetadas não foram consultadas, os municípios, as grandes empresas exportadoras do interior do estado, pescadores, trabalhadores portuários e indígenas. Uma Audiência Pública ilegal, tanto é que nós entramos com uma ação popular contra a Antaq e contra a União sobre o cancelamento dessa audiência. Mas o que chegou para mim, e eu quero aqui uma explicação, é sobre duas concorrências estratégicas que ocorreram no Porto vencidas pela mesma empresa, FTS Participações Societárias S/A. A primeira delas ocorreu com o Colégio Estados Unidos, a concorrência n.º 158/2022, quatro lotes de área, o terreno do Colégio Estados Unidos foi arrematado por seis milhões e meio por essa empresa citada e uma sócia. No entanto, a área localizada é no entorno do Porto de Paranaguá, com grande potencial para uso de implantação de terminais interligados através de esteiras transportadoras, e o valor pago foi R\$ 650,00 o metro apenas, muito abaixo do mercado. O edital foi tão genérico e ao mesmo tempo confuso que só uma empresa entendeu o que era que estava acontecendo. Após vencer a concorrência, a mesma empresa comprou, Deputado Maurício Requião, o terreno da empresa Ol, ao lado, e pagou R\$ 1.800,00 o metro quadrado, ou seja, três vezes mais do que o terreno vizinho. Um imóvel de 6 milhões e meio, que dentro da lógica da denúncia chega a valer dezenove e meio. Mais do que isso, essa mesma empresa é a que ganhou o PAR50, o processo do dia 24/02/2023. Nesse leilão um contrato de 25 anos, que prevê um investimento de 338 milhões, e essa empresa, a única participante, deu o lance mínimo de 1 milhão, em quatro vezes

de 250 mil, e até agora pagou os 250 mil. Só que o que causa estranheza é que hoje na Antaq está para se julgar um pedido de transferência de participação societária. E vejam só: a empresa que ganhou está transferindo a participação societária para outra, que pagou 1 milhão, por R\$ 35 milhões. Do dia que a empresa comprou o terreno até hoje está se vendendo o imóvel por R\$ 34 milhões a mais, ou seja, esse contrato que foi fruto de muita denúncia no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Contas da União, chega com resultado complicado. Se isso passar hoje na apreciação da Antaq podemos configurar aqui um grande problema para o Estado do Paraná, um superfaturamento de valores milionários. E, ainda, esse provável ágil tem que ser explicado para o nosso povo. Ainda, segundo a própria denúncia, a bola da vez não foi a Colégio Estados Unidos e nem o PAR50, pode ser ainda, Deputado Maurício, o PAR09. Uma área de arrendamento, que tinha edital marcado para o dia 11/08, transferido para 5/10 e, agora, transferido para 13/12. O próprio Tribunal de Contas da União colocou que tem várias ressalvas feitas para garantir a atratividade, para não aparecer apenas um comprador, como os dois casos anteriores. Com isso, estou formulando aqui um pedido de informações, estou pedindo aqui apoio dos Deputados, estamos enviando para Antaq, neste momento, um comunicado, para que se suspenda a apreciação disso até que se tenha informações por parte do Governo do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A mesma empresa que participou sozinha e comprou o terreno do Colégio Estados Unidos, que tudo indica na denúncia tem um valor abaixo do mercado. A mesma empresa que comprou um terreno com uma área de 80 mil metros por R\$ 1 milhão, e pagou só 250 até agora, está transferindo supostamente para uma outra empresa estrangeira por R\$ 35 milhões. Porto de Paranaguá virou o porto da festa, da festa do desmando da administração pública. Queremos explicações de tudo isso e, para não cometer injustiça, queremos informações do órgão gestor, que o senhor diretor do porto

informe para a gente o que está se passando lá, corresponsável, obviamente, o Governo do Estado. É esse o nosso pedido, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Boa tarde, Sr. Presidente. Muito boa tarde a nossa Mesa, os Deputados, as Deputadas, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Bom, falamos muito aqui nesta Casa sobre as rodovias. Recebi um pedido lá do Jeferson Silveira, dos moradores e lideranças locais, onde a rodovia não pavimentada, que tem 20 quilômetros de ligação da BR-116 com a 476, em Quitandinha/Contenda, é a PR-511, está em péssima condição de uso. A maioria dos motoristas acabam fazendo seus trajetos por outras vias, causando congestionamento, principalmente em Fazenda Rio Grande. Moradores de Quitandinha e Contenda, que não têm outra opção de trajeto, são obrigados a usar a PR-511, muitos deles com prejuízo em seus automóveis, caminhões e até mesmo maquinário agrícola. Quando chove, problema sério de atoleiro. Quando sol, muita poeira, prejudicando a saúde dos moradores. Trecho com mais de 40 anos de promessa de pavimentação, hoje, até o que sabemos, tem um contrato de conservação de estradas rurais não pavimentadas, mas isso a população tem nos passado que não está sendo o suficiente. O pedido da população é algo que seja feito em favor da pavimentação, para que ela aconteça em benefício de todos e todos os municípios envolvidos, seja Contenda, Quitandinha e Fazenda Rio Grande. Então, quero deixar aqui o meu pedido. Já fizemos uma reunião no DER para que seja visto essa pavimentação da PR-511. Agradeço o pedido da população, lá do Jeferson Silveira, por essa reivindicação da PR-511. E também quero pedir, Sr. Presidente, para que pautássemos, queria pedir ao Presidente da CCJ, ele não está aqui agora, mas que pautasse a PL n.º 429/2021. Essa PL, de nossa autoria, visa e tem obrigatoriedade a prestação de socorro aos animais atropelados. Temos visto aí nas redes sociais, ultimamente, pessoas que atropelam animais e deixam eles ao deus-dará, deixam eles de lado para morrer, Deputada Cloara. Estive agora na Vila Pantanal, antes de estar aqui, com a ONG Amigo Animal. Eles vão fazer 800 castrações com dinheiro da Prefeitura, recursos

do Vereadores, recursos de alguns Deputados que enviaram, também, agora, nesta gestão. São coisas desse tipo que fazem a diferença dentro da comunidade, na vida das pessoas. Então, quero parabenizar aqui a ONG Amigo Animal pelo trabalho que eles estão fazendo, e pedir que venhamos ter esse cuidado com os animais. Muitas pessoas abandonam. Chega agora final de ano, muitos querem viajar e acham que é uma coisa, deixam ele de lado, abandonam o seu animal. Então, vamos ter penas mais rigorosas para àqueles que praticam maus-tratos. O Paraná não pode aceitar maus-tratos. Isso é maus-tratos. Isso é fazer o mal a esses seres. Então, a obrigatoriedade de prestar socorro. Você atropelou uma pessoa você tem o dever de prestar socorro e por que não um animal? Por que não um animal que fica ali jogado. Às vezes, a criança doente porque perde o seu animalzinho e as pessoas não dão valor a isso. Então, a PL n.º 429/2021 queria pedir, Tiago Amaral, nosso Deputado, para que ela fosse pautada. E aí atropelou, a pessoa foi vista ali, a placa do automóvel, ela não prestou socorro, ela vai ter que ser responsabilizada, ela tem que pagar tudo o que foi gasto. Por que senão quem vai lá socorrer? A ONG. E aí quem tem que pagar a conta, que não é baixa? É a ONG. Por isso que as ONGs estão todas endividadas, porque fazem muitos salvamentos como esse. Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma boa semana a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Liderança do Governo, Deputado Hussein. Declina. Deputado Requião. Declina.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só quero, ao mesmo tempo que pedi a presença dos colegas Deputados, acho que é sempre importante as cobranças que são feitas aqui, e essa do Deputado Arilson foi importante. Acho que, na maneira que ele fez, é importante o Parlamento exercitar e cobrar e trazermos respostas, Deputado. Está bem? Amanhã farei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Arilson Chiorato (PT), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) **(46 Parlamentares)**; **Deputados ausentes com justificativa:** Marcel Micheletto (PL), conforme art. 97 inc. IV do § 3.º do Regimento Interno, Flavia Franscischini (UNIÃO), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno e Luiz Claudio Romanelli (PSD), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno **(3 Parlamentares)** **Deputados ausentes sem justificativa:** Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Cobra Repórter (PSD), Goura (PDT) e Professor Lemos (PT) **(5 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 969/2023, do Deputado Requião Filho, que proíbe a venda e o fornecimento de alimentos

ultraprocessados em lanchonetes, cantinas e assemelhados em unidades educacionais públicas e privadas da educação básica, bem como instituições de combate à obesidade infantil e na adolescência, com diretrizes para padrões técnicos de qualidade nutricional; **Autuado sob o n.º 970/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Heitor Guilherme Genowei Júnior o viaduto localizado no km 9,4 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 971/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Ari de Lima Nogueira o viaduto localizado no Km 20,8 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 972/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que assegura o acesso e prescrição de medicamentos e produtos que contenham princípios ativos derivados vegetais ou fitofármacos da cannabis à medicina veterinária; **Autuado sob o n.º 973/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Kátiba Fadel o trecho de 15,62 Km que liga a PR-151 à PR-090, no município de Castro; **Autuado sob o n.º 974/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina José Vicente da Silva o viaduto localizado no Km 21,7 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 975/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, que altera a Lei n.º 18.451, de 6 de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 976/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Hissao Horie o viaduto localizado no Km 23,0 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 977/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Sebastião Fernandes o viaduto localizado no Km 25,8 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 978/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Geraldino Soares de Magalhães o viaduto localizado no km 30,0 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 979/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Pedro Manzoni Filho o viaduto localizado no km 32,6 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 980/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Dalvo Covino o viaduto localizado no Km 40,2 da BR-487, no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 981/2023**, do Deputado Batatinha, que dispõe sobre o direito à hidratação pessoal, assegurando a permissão para o porte de água para uso pessoal em locais públicos ou

privados; **Autuado sob o n.º 982/2023**, da Deputada Marli Paulino, que institui a Semana Estadual do Artesanato no Paraná, a ser realizada na terceira semana de março, em cumprimento à Lei Estadual n.º 17.600, de 12 de junho de 2013, que institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato; **Autuado sob o n.º 983/2023**, da Deputada Marli Paulino, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Estadual, direta e indireta, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 984/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Alessandro Mori Nunes; **Autuado sob o n.º 985/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Integração Esportiva e Cultural, com sede no município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o n.º 986/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a capacitação gratuita e permanente das Organizações da Sociedade Civil – OSC's, conforme especifica; **Autuado sob o n.º 987/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, que institui o dia 20 de novembro como o Dia Estadual do Patriota; **Autuado sob o n.º 988/2023**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de utilidade pública à Associação Brasileira de Espinha Bífida, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 989/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que dispõe sobre o reconhecimento da profissão de adestrador de animais no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 990/2023**, dos Deputados Renato Freitas, Requião Filho e Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o oferecimento de vagas sociais para a juventude no transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 991/2023**, dos Deputados Renato Freitas, Requião Filho e Luciana Rafagnin, que institui o Programa Censo Estadual de Pessoas em Situação de Rua.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Três Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 10/2019, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui o programa "Maria da Penha Vai à Escola", visando sensibilizar o público escolar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 271/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia Estadual do Muladeiro, a ser comemorado anualmente no dia 17 de janeiro.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 354/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que denomina o viaduto localizado na PR-323, entre o km 174 e o km 178, no município de Dr. Camargo, coordenadas - 23.546687509144416, -52.23062190975969.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 4 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 186/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera o §28 do art. 1.º da Lei n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, para corrigir as divisas do município de Bituruna. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, pedimos o voto “sim” para o Projeto do Deputado Ademar Traiano, nosso querido Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Ana Júlia, Deputado Do Carmo, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Renato Freitas e Tercilio Turini, seus votos, por favor! Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach,

*Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (36 Deputados); **Votaram Não:** Cantora Mara Lima, Fabio Oliveira, Luiz Fernando Guerra e Matheus Vermelho (4 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Renato Freitas e Ricardo Arruda (14 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e 4 votos contrários, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 274/2023, de autoria do Deputado Paulo Gomes, que dispõe sobre a cobrança de *couvert* artístico e a obrigatoriedade de colocação de placas informativas dos valores. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Emenda da CCJ. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, pela ordem, enquanto o pessoal faz a votação. Está na CCJ, com pedido de vista, o Projeto de Lei n.º 916/23, que cria o Programa Regulariza Paraná. É um PL para organizar no Paraná o que já prevê a Lei Nacional de Regulação Fundiária, a 13.465, que não estava sendo efetivada. Estamos pedindo ao Líder do Governo, Deputado Hussein, que o Poder Executivo, antes da devolução do Projeto à CCJ, informe por escrito a relação das áreas públicas ocupadas e localização, quais áreas já têm regularização iniciada pela Cohapar e quais ilhas fluviais o Poder Executivo pretende regularizar. É um programa para regularização de terrenos em áreas públicas estaduais e em ilhas fluviais, em diversos municípios, inclusive com doação de área, Presidente, para municípios. Então, diante disso, estamos pedindo para que se atente e envie essas informações para adequação da Lei junto à Lei do Reurb.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, essas providências quero crer que o Líder do Governo deva tomar. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (39 Deputados); Votou Não:* *Marcia Huçulak (1 Deputado); Não Votaram:* *Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Ney Leprevost e Professor Lemos (14 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 274/2023.**

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, só quero registrar o meu voto “sim”. Estou com um probleminha aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Hussein. **Quarenta votos com o voto do Deputado Hussein e 1 “não”. Está aprovado o Projeto.**

Vamos submeter ao voto as Emendas. Em discussão as Emendas. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, Sr.^s Deputados, vamos votar: Deputado Bazana, Gilberto Ribeiro, Deputada Luciana, Ney Leprevost, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas*

*Fabício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votou Não:** Marcia Huçulak (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Ney Leprevost, Professor Lemos e Soldado Adriano José (14 Deputdos).]* Com 39 votos favoráveis e 1 voto contrário, **estão aprovadas as emendas.**

Vamos submeter ao voto os Itens 6, 7, 9 e 10 de forma agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 394/2023, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aparecida do Oeste, com sede no município de Tuneiras do Oeste. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 641/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede título de Utilidade Pública ao Instituto Educacional e Cultural Adveniat, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 716/2023, de autoria da Deputada Maria Victoria, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais Amigo Peludo de Foz Do Iguaçu - APAAP-FI, com sede no município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 719/2023, de autoria da Deputada Ana Júlia, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Indígena de Antonina Mbya Kuaray Haxa - AIMKH, com sede no município de Antonina/PR. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Gostaria de agradecer aos Sr.^s Deputados e às Sr.^{as} Deputadas. Hoje podemos falar que a nossa Procuradoria, no dia de hoje, temos 140 Procuradorias. Por que agradecer aos meus amigos? Porque tenho viajado o Paraná todo implantando Procuradorias, com o maior respeito a todas as bases dos meus amigos Deputados e Deputadas. Então, gratidão. Vamos para Pato Branco agora na quinta-feira e o nosso Deputado Guerra vai estar por lá, e todos são muito bem-vindos ao nosso... Estão todos convidados. Vai ser assim uma palestra bem interessante sobre a Procuradoria e também sobre a vida. Todos são convidados. Reichembach também. Mas, muito obrigada pela força de vocês. De 113 já estamos com 140 Procuradorias, com todo respeito à base dos Senhores e Senhoras.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Cobra Repórter, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Paulo Gomes e Professor Lemos (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Itens 6, 7, 9 e 10.**

ITEM 8 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 654/2023, de autoria do Deputado Adão Litro, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Amigos dos Autistas de Palotina e Região. Parecer favorável da CCJ. Há **Requerimento n.º 2926/2023**, do Deputado Adão Litro, requerendo a retirada do Projeto de Lei n.º 654/2023, da Ordem do Dia da 115.^a Sessão Ordinária, marcada para o dia 27 de novembro de 2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Está retirado o Item.**

ITEM 11 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 851/2023, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ofício n.º 1.024/23, que altera dispositivos da Lei n.º 15.854, de 16 de junho de 2008, da Lei n.º 17.423, de 20 de dezembro de 2012, e da Lei n.º 18.691, de 22 de dezembro de 2015, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA CANTORA MARIA LIMA (REP): Para comunicar a Casa, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Temos reunião da Comissão de Direitos e Defesa da Mulher, aqui na sala Caíto Quintana. Convidamos os Deputados, então, para se fazerem presentes. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Bazana, Cantora Mara Lima, Delegado Tito, Do Carmo, Fabio Oliveira, Evandro Araújo, Deputado Guerra e Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco,**

*Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Professor Lemos e Soldado Adriano José (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 851/2023.**

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, meu voto é “sim”. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Devidamente registrado em Ata, Deputado.

ITEM 12 - 2.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2023, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece, para os devidos fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná, encaminhada por meio da mensagem n.º 172, de 30 de outubro de 2023. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, só para arrumar o que eu falei aqui, é o 1.º Encontro de Vereadoras e Procuradoras da Mulher do Sudoeste. Então, todos os Deputados e Deputadas da Base lá de Pato Branco, todos nós estaremos juntos lá. Estou arrumando aqui, porque acho que falei coisa errada. Procuradoras da Mulher do Sudoeste e vou como Procuradora. Vou mandar no grupo. Arrumei, Presidente? Arrumei ou mais ou menos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Batatinha, Do Carmo, Deputado Luís Corti, Guerra, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José, os votos. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão

*Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Professor Lemos e Soldado Adriano José (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2023.**

ITEM 13 - 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 504/2023, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que institui o Dia da Prevenção à Escoliose. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Sr.ªs Deputados, ainda muitos Deputados não votaram. Deputado Douglas, está votando? Por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Del. Tito Barichello, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu*

Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Adriano José (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 504/2023.**

ITEM 14 - 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 816/2023, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que altera a Lei n.º 11.811, de 14 de agosto de 1997, que declara de utilidade pública a Creche Lions Ledi Maas, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Cristina Silvestri, Do Carmo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach e Soldado Adriano José (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 816/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Adão Litro.)**

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Conste o meu voto lá “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Adão. Devidamente registrado.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2945/2023, da Deputada Ana Júlia, solicitando informações à Secretaria de Educação do Paraná (SEED/PR) a respeito da distribuição dos uniformes escolares dos alunos da Rede de Ensino Estadual.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputada Ana Júlia, como envio de expediente. Existe acordo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como envio de expediente. **Conforme acordo com o Líder do Governo e autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 2951/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 394, 641, 716, 719 e 851/2023 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2023, da Ordem do Dia, pois os mesmos foram aprovados sem emenda no curso de sua tramitação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.º 2901 a 2923, 2925, 2930, 2932, 2933 e 2935/2023, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Tunas do Paraná, 31 anos; Guairaçá, 62 anos; Miraselva, 62 anos; Nova Aliança do Ivaí, 62 anos; Planalto, 60 anos; Amaporã, 62 anos; Planaltina do Paraná, 63 anos; Realeza, 60 anos; Mirador, 62 anos; Campina Grande do Sul, 72 anos; Capanema, 72 anos; Cascavel, 72 anos; Contenda, 72 anos; Florestópolis, 72 anos; Guaíra, 72 anos; Guaraniaçu, 72 anos; Marialva, 72 anos; Santa Amélia, 72 anos; Santo Antônio do Sudoeste, 72 anos; São Sebastião da Amoreira, 72 anos; Tijucas do Sul, 72 anos; Honório Serpa, 31 anos; Inajá, 62 anos; Jaboti, 69 anos; Rio Negro, 153 anos; Uniflor, 62 anos; Guamiranga, 28 anos; Floresta, 62 anos; **Requerimento n.º 2927/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, requerendo

estudos para implantação de seções eleitorais no Distrito Administrativo de Vila Progresso, no município de Centenário do Sul, da 159.^a Zona Eleitoral de Centenário do Sul; **Requerimento n.º 2929/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à União dos Adolescentes da Assembleia de Deus em Paranaguá – UNIAADPAR, por ter prestado um relevante serviço para a comunidade de Paranaguá, em especial com os adolescentes; **Requerimento n.º 2931/2023**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Lauro Afonso Efig, ocorrido no dia 21 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2934/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Associação de Famílias Autistas de Pinhais, em reconhecimento ao trabalho desempenhado; **Requerimento n.º 2936/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Isabelle Cristina do Rosário Dias Meduna, por buscar a educação na escola bilíngue para surdos Nydia Moreira Garcez (CEDAP), onde desenvolveu sua formação acadêmica e o amor pela comunicação em Língua Brasileira de Sinais; **Requerimento n.º 2937/2023**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Danilo Doneda (in memorian), que se destacou pelo pioneirismo nos estudos sobre proteção de dados no mundo digital, sendo considerado um dos pais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira; **Requerimento n.º 2938/2023**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações ao Doutor Erick Lé Palazzi Ferreira, por sua eleição para presidir a Associação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos do Paraná, biênio 2024/2025; **Requerimento n.º 2939/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o atleta Davi Gomes da Silva, junto à Seleção Brasileira de Corredores de Montanha e Trilha - Trailrunning/2023, onde tem representado de forma brilhante nosso País e nosso Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2940/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Comunidade Evangélica de Maringá, na pessoa do atual Presidente, o Pastor

Silvio Renato Neves, e a Pastora Irene Ribarolli Pereira da Silva; **Requerimento n.º 2941/2023**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o envio de expediente à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres em Curitiba, requerendo iluminação na Trincheira que liga os municípios de Pinhais e Colombo, no bairro Atuba; **Requerimento n.º 2942/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, requerendo a análise da sugestão de modificação no Decreto n.º 781/2017, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Paraná, e no Decreto n.º 6434/2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo, no sentido de alterar as disposições relativas à transferência e aproveitamento de Créditos de ICMS por instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, públicas ou privadas; **Requerimento n.º 2943/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor congratulações com menção honrosa para os Soldados Vinicius da Cruz Caldas e Gabriel Schiefedcker, da 10.ª Companhia Independente de Polícia Militar, do município de Laranjeiras do Sul, pela conduta meritória, exemplar, nobre e fraterna; **Requerimento n.º 2944/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Policiais Militares Sargento Marcelo Marcos Bertalia, Cabo Fernando Apolinario Hofmeister, cabo Alessandro Alomeida Custódio, cabo Alex Dias Franiscatti, Soldado Ediston Tomazelli, Soldado José Leandro Gonzalez dos santos, Soldado Josimar Aquino de Oliveira, Junior Barbosa de Lima e Soldado Tiago Fernandes Costa, do município de Guaíra; **Requerimento n.º 2946/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo a instalação de bebedouros públicos; **Requerimentos n.ºs 2948 e 2949/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Jacob Pankratz Filho; e do Dr. Eduardo Rocha Virmond; **Requerimento n.º 2954/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor com menção honrosa ao Dr. Duílio Berleze, médico-veterinário, pelo transcurso do aniversário de 150 anos de fundação do Jockey Club do

Paraná no dia 2 de dezembro de 2023 e pela valorosa contribuição ao longo dessa trajetória; **Requerimento n.º 2956/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa a Maria Júlia Deschk dos Santos, jovem que recebeu o título de Laço Prenda Juvenil e vai representar a 2.^a região nos Campos Gerais no Campeonato Paranaense; **Requerimento n.º 2958/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, requerendo esclarecimentos sobre o encerramento das operações das linhas interestaduais de transporte de passageiros que partiam de Cornélio Procopio e região, seguindo direto para a cidade de São Paulo e para outros municípios paulistas, como Campinas e Ribeirão Preto.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2924/2023**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2928/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 13 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2950/2023**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2955/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de novembro de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 2947/2023**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2952/2023**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de novembro de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento**

n.º 2953/2023, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2957/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de novembro de 2023; **Requerimento n.º 2959/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27 a 29 de novembro de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2960/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 6 e 7 de novembro de 2023.

Requerimentos retirados pelo Autor.

Requerimento n.º 2897/2023, do Deputado Tercílio Turini, adiado de Sessão anterior, requerendo regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 267/2023; **Requerimento n.º 2898/2023**, do Deputado Tercílio Turini, adiado de Sessão anterior, requerendo regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 254/2023; e **Requerimento n.º 2899/2023**, do Deputado Tercílio Turini, adiado de Sessão anterior, requerendo regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 524/2022.

Requerimentos retirados pelo autor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras **Sessões** para amanhã, terça-feira, dia 28 de novembro de 2023, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária** - 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 274/2023, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 504/2023 e 816/2023 e 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2023 e dos Projetos de Lei n.ºs 157/2018, 221/2023, 830/2023, 850/2023, 876/2023 e 948/2023; **Sessão Extraordinária** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2023 e dos Projetos de Lei n.ºs 157/2018, 221/2023, 850/2023, 876/2023 e 948/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h58, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)